

***Eles proíbem o casamento, mas não podem impedir o amor.
Uma leitura da proibição dos casamentos mistos em
Nm 13,23-29.***

*They forbid the marriage, but they cannot impede love.
A reading about the prohibition of mixed marriages in
Num 13, 23-29*

Resumo

O artigo procura compreender os reais motivos que obrigou o líder Neemias a proibir casamentos e impor separações das mulheres e homens judaítas dos povos vizinhos de Yehud, em meados do ano 445 a.C. Diante do edito do rei Ciro, no ano de 539 a.C., famílias que alcançaram ascensão social, nos anos vividos na Babilônia, desconsideraram a ação propagandista do ex-copeiro real. Mas, por outro lado, os que regressam têm em mente reconstruir o templo, a cidade e seus muros e legitimar uma reforma religiosa centrada em aspectos étnicos, religiosos e econômicos. Sob as discutíveis ordens de Neemias uma nova religião está para nascer, não sem antes garantir devotamente os interesses políticos persas na V satrapia formada por Síria, Palestina e Chipre.

Palavras-chave: Neemias, teologia pós-exílica, matrimônios mistos, período Persa.

Abstract

This article aims to understand the true motives that obliged the leader Nehemiah to forbid marriages and impose separations of the judaite women and men of the neighboring peoples of Yehud, in the year 445 b.C.. Because of the edict by the king Cyrus, in the year 539 b.C., families that reached social ascension, in the years lived in Babylon, disregarded the propagandist action of the former royal butler. However, the ones that go back have in mind the reconstruction of the temple, the city and its walls and the legitimization of a religious reform centered in ethnical, religious and economical aspects. Under the debatable orders of Nehemiah a new religion

¹ Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; professor do Primeiro Testamento no ITESP (Instituto São Paulo de Estudos Superiores) e assessor no Centro Bíblico Verbo, São Paulo. E-mail: acfrizzo@uol.com.br.

is about to be born, but not without ensuring devoutly the Persianpolitical interests in the V satrapia established by Syria, Palestine and Cyprus.

Key words: Nehemiah, post exile theology, mixed matrimony, Persian era.

Introdução

“Imagem governos que se orientam pelo amor: nunca mais criança alguma iria para a cama com fome”. Eis a declaração do bispo da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Michael Curry, no badalado casamento britânico entre o príncipe Henry e Meghan. O bispo, primeiro negro no comando da Igreja, se opôs radicalmente contra Donald Trump, ao comprar uma página no *New York Times* e expor suas teses contra a falsa onda de nacionalismo propalada pelo, então, candidato à presidência. “Nós rejeitamos o renascimento do nacionalismo branco e do racismo em nosso país em muitas frentes, incluindo os mais altos níveis da liderança política”. Seu trabalho em defesa dos jovens imigrantes nos Estados Unidos, conhecidos como “Dreamers” [sonhadores], se por um lado lhe tira um sono diante de severas críticas dos opositores, por outro, faz crescer o número de pessoas que buscam apoio e crescimento na fé, mediante suas palavras. Na cerimônia, arrancou sorrisos ao citar o herói nacional Martin Luther King, ao frisar a força do amor: “devemos descobrir o amor, o poder redentor do amor. E quando fizermos isso faremos deste velho mundo um mundo novo”.

Já, o universo católico acolheu e sorriu quando o Papa Francisco divulgou a carta encíclica *Amoris Laetitia* – a alegria do amor –, fruto de um longo e participativo processo sinodal. Francisco se propôs a apresentar ao mundo uma chave hermenêutica para compreender as realidades, as manifestações e os desafios que assolam as famílias. Francisco debruçou-se carinhosamente sobre os mais infames dramas de milhões de pessoas. No percurso da elaboração da encíclica, não negligenciou os ensinamentos doutrinários expostos nos textos conciliares, no catecismo e na Escritura. Buscou, sim, dialogar com o mundo, pela realidade existencial da família. No corpo do texto, até citou Martin Luther King, os poetas Josef Pieper, Erich Fromm e Gabriel Marcel. Tanto desapego, carisma e amorosidade no trato com as famílias não lhe pouparam severas críticas da ala conservadora do catolicismo. Sobraram adjetivos por grupos de clérigos atrelados ao retrocesso. Pautados em uma leitura preconceituosa afirmaram ser o texto pontifício uma contradição, “um perigo”, algo “perturbador”, “muito problemático” e até um “grande equívoco” quando comparado ao texto da *Familiaris Consortio*, assinada pelo papa João Paulo II, novembro de 1981.

De fato, o amor sempre provocará ruídos, inquietações, interesses e disputas. As instituições compreendem o mundo a partir de seus próprios

interesses e projetos de poder. Sentem-se como o astro solar. As ideias dos outros, as reivindicações dos mais diferentes grupos e, até certo ponto, as pessoas são meros satélites e sempre devem se alinhar, gravitar ao redor da sua órbita.

Os enamorados optam por se deixarem guiar por seus desejos e sonhos. Os carismas se dispersam diante das ideologias detentoras do prestígio e do interesse em dominar, controlar e, quase sempre, destruir. O amor surge no inesperado. Manifesta-se pelo outro lado da história. Muitas vezes, do lado dos não contados na pauta dos que detém e escrevem a história. Quando o amor não é considerado explode a violência. E a violência segue presente na vida humana. O trágico está em perceber que, baseado nas palavras divinas, o amor segue sofrendo violência. Não raras vezes, presenciamos pessoas, grupos e instituições religiosas e políticas maldosamente justificando com pífios sofismas a falência da divina força do amor. Nada mais oportuno em deixar a força da poesia expressar a força do amor.

Estado de poesia

Para viver em estado de poesia
Me entranharia nestes sertões de você
Para deixar a vida que eu vivia
De cigania antes de te conhecer
De enganos livres que eu tinha porque queria
Por não saber que mais dia menos dia
Eu todo me encantaria pelo todo do seu ser

Para misturar meia-noite, meio-dia
E enfim saber que cantaria a cantoria
Que há tanto tempo queria
A canção do bem querer

É belo, vê o amor sem anestesia
Dói de bom, arde de doce
Queima, acalma
Mata, cria
Chega tem vez que a pessoa que enamora
Se pega e chora do que ontem mesmo ria
Chega tem hora que ri de dentro pra fora
Não fica nem vai embora
É o estado de poesia
Chega tem hora que ri de dentro para fora
Não fica nem vai embora
É o estado de poesia

Chico Cesar, 2015

Em uma leitura descolonizadora, a violência escancara-se, seja no ato de repaginar a história, como nas páginas bíblicas. Demonstram que ontem, como hoje, a violência não foi evitada e mortes, desamor e ódio seguem deixando lastros de vítimas. As ordens do líder máximo, na pequena Yehud, buscam solidificar os interesses planejados pelo Império Persa. Impressiona o total silêncio. Não há vozes, não se percebe um movimento profético ou uma liderança sequer contra os persas. Na análise aqui proposta, o texto de Nm 13,23-29 não se diferencia. Aliás, reproduz a violência. E uma vez que a profecia se cala, as resistências – o que sempre há na dinâmica histórica – surgem por outros vieses. Cremos que a literatura sapiencial soou como uma posição profética diante da violência².

1. *Traços do projeto expansionista persa (536-333 a.C.)*

Os livros de Esdras e Neemias cobrem um importante período histórico de Israel. As duas obras são resultadas do período pós-exílio. Judá prova o seu final, como uma nação independente, nas guerras contra o reinado babilônico. O próprio Nabucodonosor, o rei, em pessoa, comandou as duas empreitadas contra Judá. Nos anos de 596 a 586 – exatamente durante dez anos – a pequena província de Judá foi riscada do mapa. Uma considerada elite parte para o desterro, como prisioneira de guerra, em 596. Uma segunda leva foi conduzida no ano de 586, como pilhagem e rescaldo de guerra. Mulheres, escravos e crianças rumam à Babilônia. Na Palestina, arruinada por anos de guerra, permanece um significativo grupo de famílias que se apossam das terras e propriedades deixadas para traz pelos que partiram ao exílio. Judá passa a conhecer de perto o significado do termo novo גוֹי “nações” (Is 49,1-13). As situações eram desoladoras. Sem templo, sem rei, sem terra e, agora, exilados, sobram as palavras proféticas no desejo de alimentarem as esperanças de um retorno à antiga pátria.

Cerca de cinquenta anos mais tarde, um novo império está às portas da Babilônia. Os Persas dominam Babilônia. Ciro, seu rei, conquistou paulatinamente os medos, parte da Ásia Menor, as planícies da Babilônia, Síria, Israel e Egito. Formou o maior império do Oriente. Estamos no ano de 539 a.C. Este período, relacionado ao povo da arrasada Palestina, dividimos em dois momentos. Numa primeira fase prevalecem os projetos de reconstrução (538-446). Algumas teologias irão proclamar Ciro, o ungido de Yahweh (Is 45,1-3). Entraram em cena as ações de Sasabassar, nomeado governador, que traz consigo para Jerusalém uma leva de pessoas, todas, desejosas em reconstruir o templo (Esd 5,13-16). Mas diante das resistên-

² No segundo semestre de 2018, ministramos um curso sobre Literatura Pós-Exílica, no ITESP - Instituto São Paulo de Estudos Superiores. Na oportunidade, conversas sobre o livro de Neemias foram constantes. Registro meu terno agradecimento aos alunos Eberson Dionisio Naves e Edgar Ribeiro da Silva, pelos diálogos, leituras e críticas ao texto apresentado.

cias de outros moradores mais preocupados em reconstruir suas casas, vê seu projeto naufragar.

Em seguida, será a vez de Zorobabel. Nomeado por Dario I (522-486), esse neto do rei Joaquim parte com uma segunda leva de repatriados. Alguns textos são elucidativos para essa nova fase: Ag 2,20-23; Zc 6,9-14. Segundo Esd 2,2 nessa ocasião voltaram Josué e seus descendentes. Terminam a obra iniciada por Sasabassar. Este grupo se autoproclama o povo legítimo e o fazem pensando na posse do direito da terra e sua vivência passada na Babilônia. A experiência do exílio foi ocasião forçada de uma penosa purificação. Zorobabel e Josué marcam uma calorosa disputa pelo predomínio do projeto de reconstrução da extinta nação. Na luta entre tendências, acaba prevalecendo o apelo religioso de Josué. “As duas oliveiras” como profetizou Zacarias – 4,11-13 – se digladiam sobre quem exercerá o poder na região. Zorobabel foi suprimido por razões desconhecidas.

Um segundo período, sob as administrações de três imperadores persas, marca as ações de Esdras e Neemias, cobrindo aproximadamente um ciclo de sessenta anos (458-398). De Artaxerxes I (465-423) a Artaxerxes II (404-358), passando por Dario II (423-404), os persas aprimoram o modelo administrativo das *satrapias*, no vasto Império, adotando maior tolerância no trato com as diferentes culturas, ampla liberdade religiosa dos povos subjugados e a repatriação dos povos cativos na Babilônia. Oportuno identificar que os projetos levados adiante por Esdras e Neemias estiveram intimamente atrelados ao estilo e interesse do domínio persa.

Aos olhares dos judeus babilônicos, a comunidade da diáspora – agora Judá – encontra-se em total penúria. O escritor ou editor dos livros de Esdras e Neemias mostrou uma história oficial. O religioso e hábil sacerdote Esdras e o ex-copeiro no palácio de Artaxerxes I, Neemias, tornam-se os responsáveis diretos pela vida religiosa e civil da província de Judá. Levarão adiante um projeto de vida social intimamente atrelada aos interesses do imperialismo persa. Não é difícil perceber na narrativa a real intencionalidade do Rei, ao tomar conhecimento dos projetos de garantir segurança à cidade de Jerusalém e reorganizar as atividades cúlticas no templo. “O rei concordou e me deixou ir. Então acrescentei: “Se Vossa Majestade estiver de acordo, dê-me cartas de recomendação para os governadores da Transseufratênia, a fim de que me facilitem a viagem até Judá. Dê-me também uma carta para Asaf, guarda do parque florestal do rei, a fim de que ele me forneça a madeira necessária para reformar as portas da fortaleza do Templo, as portas da muralha e também a casa onde vou morar. O rei me deu as cartas, porque a mão bondosa do meu Deus estava do meu lado” (Nm 1,7-8). Restaurar a cidade de Jerusalém não só facilitaria a obtenção de divisas, com as atividades do Templo para pagar a pesada carga de impostos, como também uma barreira de proteção aos projetos de invasão vinda dos povos do Sul. Se considerarmos os informes de Heródoto, a Palestina era obrigada a pagar uma taxa no valor de 350 talentos de prata anualmente (LIVERANI, 2016, p.754).

Mas o poder tem seus meios para justificar a dominação e perpetuá-la. Um complexo aparato administrativo garantiu a ordem na elevada arrecadação de impostos e a facilidade de inibir qualquer tentativa de insurreição política. Os oito milhões de quilômetros quadrados que formam o Império Persa, com uma população aproximada em cinquenta milhões de habitantes, exige a construção de estradas, aperfeiçoamento nas comunicações e divulgações das ordens reais. Dividi-lo em satrapias foi um meio para aprimorar a administração do império. “Do ponto de vista administrativo, Dario foi o artífice da organização definitiva do império” (LIVERANI, P. 751, 2016). Fala-se em vinte o número de satrapias durante os dois séculos de domínio Persa. O sátrapa, em iraniano, “protetor de domínio”, normalmente pertencia à família do rei e representava a sua autoridade. As satrapias eram divididas em número menor, chamadas de “províncias”. O modelo administrativo adotado numa satrapia era idêntico ao regime posto em prática em Susa, capital do império. Oportuno observar que houve uma rotatividade na sede do governo. Não há uma única sede, mas a sede imperial passa por várias cidades: Susa, Babilônia, Ecbátana, Pasárgada e Persépolis.³

2. *Composição e estrutura da narrativa de Ne 13.*

O capítulo está composto por uma lista expondo quatro diferentes temas. Além do mais, nosso autor ou editor final não se furtou em oferecer, ainda, uma introdução e uma espécie de conclusão ao conjunto da narrativa.

Versículos 1-2: *Introdução*. A expressão típica de uma narrativa histórica *bʿyyômhahûʾ* (naquele tempo), inaugura o capítulo. No destaque, a leitura do livro de Moisés e a não aceitação dos amonitas e moabitas, radicalmente excluídos da *Biqhal hāʾēlōhîm* “assembleia de Deus” (v. 1). É na base no livro da Lei que se justificará total separação, seja de caráter religioso ou antropológico, de Israel e comunidades estrangeiras.

Versículos 4-9: *contendas com Tobias*. Provavelmente, o Tobias aqui relacionado seja um alto funcionário do governo Persa e que por não ter nenhuma ascendência sacerdotal, encontra-se categoricamente proibido de se aproximar dos espaços sagrados do templo.

Versículos 10-14: *subvenção garantida aos levitas*. Na tarefa de revocar os conflitos nas funções cúlticas e administrativas no templo, terá como critério a indicação de pessoas “consideradas de confiança” (v. 13) para garantir todo o processo. De posse desse critério, Neemias indicará sacerdotes, escritas e levitas que garantirão aos seus pares, somados aos cantores, os sustentos necessários. Não resta dúvida de que Neemias ao regres-

³ Difícil datar quando Judá teria sido erigida à categoria de província. Os nomes são repetidos e variados. Possivelmente, quando da metade do século V a.C., Judá passou a ser identificada como província unida aos territórios de Chipre e Síria. Cf. KESSLER, p. 171.

sar de sua primeira missão, em meados do ano 433, estabelece um ritmo normal dos sacrifícios, orações e todo aparato administrativo ao redor do templo (Cf. 1Cr 16,4).

Versículos 15-23: *proibição do comércio no sábado*. O regresso do exílio babilônico consagrou o dia do sábado como um momento sagrado para a comunidade religiosa que se firma ao redor das teologias, sacerdotes, do templo, do culto à lei e, agora, tendo a cidade de Jerusalém como centro e identificação da vida religiosa. O autor das sagas de Neemias não poupa ações verbais com a finalidade de exaltar sua liderança. O ex-copeiro, no desejo de consagrar o sábado como dia dedicado a Javé, admoesta os que trabalham no dia de sábado (v. 11); repreende os nobres de Judá, pela profanação do sábado (v. 17); mandou fechar as portas da cidade e postou vigias para impedir o movimento de cargas. A radical proibição visa impor o sábado como dia sagrado (v. 22).

Versículos 24-29: *proibição dos casamentos mistos*. Um conflito cultural regional – proibição de casamentos com estrangeiros e a perda da língua hebraica – recebe realce e exalta a radicalidade do líder Neemias, construído pelo narrador. As estrangeiras são pontualmente identificadas: “mulheres azotitas, amonitas e moabitas” (v. 23). A ingerência do líder percebe-se por sua atitude intempestiva narrada em primeira pessoa: “Admoestei-os e amaldiçoei-os e bati em diversos, arranquei-lhes os cabelos e ordenei-lhes, em nome de Deus: Não deveis dar vossas filhas aos filhos deles, nem tomar como esposas, para vossos filhos ou para vós mesmos, alguma das filhas deles” (v. 25). A atitude xenófoba de Neemias, com base na Lei, não poupa nem mesmo o sumo sacerdote Eliasib, por seu casamento com uma horonita.

Versículos 30-31: *conclusão*. Três princípios que marcaram a teologia oficial, no pós-exílio, fecham o capítulo: ritos de purificação, sacerdotes e levitas no controle do universo religioso e a garantia de madeiras para manutenção do templo.

No conjunto da estrutura, oportuno observar um forte conceito proibitivo, por parte do narrador, no uso das palavras ‘erêsh “turba, mistura de gente” (v.3) e nekhâr “estrangeiro, estranho” (v. 30) que abrem e fecham o capítulo. As quatro ações de Neemias: o uso das dependências do templo por Tobias (v.4-9); garantia das provisões aos levitas (v.10-14); atuação dos comerciantes no sábado (v. 15-22); a proibição dos casamentos mistos (v.23-29) encontram argumentos e se justificam no uso que se faz da leitura da Lei. Se por um lado, a comunidade no pós-exílio deve-se resguardar de todo e qualquer contato com estrangeiros, e o texto deixa em evidência os amonitas, moabitas e azotitas. Deverá também evitar qualquer contato com outras divindades. A expressão, narrada em primeira pessoa, ao encerrar o texto, acentua a exclusividade de Yahweh como única divindade, como resultado de uma releitura das antigas tradições religiosas. Os repatriados, em sua maioria, sacerdotes e levitas, de-

portados e que agora optam pelo retorno a Sião, impõem novos padrões éticos, sociais e religiosos.

3. *A natureza da proibição do casamento*

O retorno dos exilados não se compreende fora do contexto político marcado pela presença e domínio do Império Persa. A corte real aquemênida teve como principal meta a ampliação dos seus territórios, o controle absoluto das rotas comerciais e consequentemente o crescente e próspero poderio econômico. E, para concretizar seus projetos ter como apoio os antigos povos subjugados pela Babilônia não deixou de ser uma, entre tantas estratégias colocadas em marcha. Nesta perspectiva, o tão celebre Editto de Ciro, três vezes citados na literatura pós-exílica (Esd 1,2-4; 6, 3-5 e 2 Cr 36,22-23) que muitas vezes lemos como ato de benevolência dos persas para com os povos aprisionados, no entanto, não passou de uma estratégia diplomática do novo império que o beneficiará de modo colossal.⁴ Os persas miram controlar as novas rotas comerciais do ouro, da prata e todo o comércio entre o mundo árabe e os reinos da Trácia, Macedônia e o Egito. Ter o total controle das províncias é parte obrigatória do projeto político que vigorará até 333 a.C. Não foi para outra coisa a construções de estradas, postos de fronteiras, aprimoramento de armas de guerra, a agilidade no conhecimento das ordens reais – cartas e cilindros – e o fortalecimento do uso do correio.

Parte dos exilados retornam. Sabemos que o tráfego comercial entre Susa e Babilônia e arredores de Nippur teriam beneficiado judaítas que simplesmente recusaram o projeto de voltar e reconstruir ruínas da guerra contra os babilônios, 586 a.C. É por demais conhecida a companhia comercial de Murasho, por volta do quinto século, nas planícies mesopotâmicas (SMITH, 2016, p.77; BALZARETTI, 1999, p. 218). Os que regressam, voltam com uma nova teologia. Optam por reconstruir uma comunidade religiosa identificada em três importantes balizas: fidelidade à lei, centralidade ao redor do templo de Jerusalém e no poder religioso centrado e definido por uma aristocracia de sacerdotes. Os levitas, que no passado haviam usufruído do sistema de sacrifícios, passam a ocupar funções menores ou quase sem importância na administração do templo. Ocupam funções de guardas e cantores do templo (SMITH, p. 2016, 112). Os ideais de edificar um povo consagrado a Yahweh impõem como obrigatoriedade a proibição do casamento com grupos que tinham como identidade religiosa outras divindades.

⁴ A ideologia imperialista tem como princípio apresentar Ciro como “rei da totalidade, o rei grande, forte, rei da Babilônia, da Suméria e da Acádia, rei das quatro partes do mundo”. Não é difícil de imaginar que diante de tão grande magnificência, parte dos autores das profecias de Isaías será levada a declarar o novo monarca com o atributo divino de Ungido de Iahweh (Is 44,28-45,1-7). Cf. LIVERANI, 756, 2016).

Tal empreitada excluindo qualquer elo com o que supostamente possa ser reconhecido como estrangeiro, não foi exclusividade dos líderes da comunidade instalada em Yehud, nome dado a Judá pela administração persa, pós-exílica. O profeta Malaquias, considerado os aspectos cronológicos dos livros, foi o primeiro a consagrar tal normativa (HIMBAZA, 2010, p, 571).

As preocupações do profeta Malaquias recaem sobre a reestruturação da vila de Jerusalém e seu templo. Reinaugurado em 515, o templo não parece estar em plena atividade quando ocorre a atuação de Malaquias em Jerusalém. Resta aparelhá-lo de um aperfeiçoado e custoso sistema de sacrifícios, arrecadações e administração dos impostos e prover divisas capazes de manter toda uma classe de sacerdotes dependentes do sistema sacrificial adotado no altar e a normatização de um amplo aparato administrativo. A profecia de Malaquias está centrada numa teologia da retribuição, que se tornou predominante entre grupos de repatriados (Ecl 8,14; Jr 12,1; Sl 10,4. 73,12 e Sf 1,12). A realidade do mal e todas as suas mais possíveis manifestações na convivência social e consequências estão “enraizadas no ser humano”, eis uma marca do conceito religioso forjado aos que lentamente regressam e passam a dar as direções políticas e religiosas em Yehud (GERSTENBERGER, 2014, p. 413).

Sua pregação ecoa em releituras expostas em Dt 7. A proibição dos casamentos está baseada numa premissa religiosa, mas que esconde um interesse econômico. Neemias declara: “Pois Judá profanou o Santuário que Iahweh ama, desposando a filha de um deus estrangeiro” (Ml 2,11). A afirmação, “pois, amaste e desposaste a filha do deus estrangeiro”, realça o interesse econômico. Tais homens e mulheres ao contrair matrimônios, fora dos prescritos pela Lei, passam evidentemente a entregar o sacrifício em outros templos. Eis o motivo do explícito alerta registrado pelo autor de Dt 7,4 “e servirão outros deuses”. Não existe serviço religioso sem a prática do sacrifício.

Tal negação acentua o real interesse econômico quando inserida no conjunto da pregação do profeta. Seu anúncio sobre a vinda do Messias está centralizado no templo. Restaurá-lo, aprimorar as práticas devocionais, estando a frente um grupo de sacerdotes íntegros, não deixa de ser meios para antecipar a manifestação de “Iahweh dos exércitos”. A manutenção e o aprimoramento ético das práticas religiosas merecem destaques:

- a) “Maldito o embusteiro que tem em seu rebanho um animal macho, mas consagra e me sacrifica um animal defeituoso” (Ml 1,14),
- b) “Mas vós vos afastastes do caminho, fizestes tropeçar a muitos pelo ensinamento; destruístes a aliança com Levi, disse Iahweh dos Exércitos” (Ml 2,8),

- c) “E se assentará aquele que funde e que purifica; ele purificará os filhos de Levi e os acrisolará como ouro e prata, e eles se tornarão para Iahweh aqueles que se apresentam uma oferenda conforme a justiça. A oferenda de Judá e de Jerusalém será, então, agradável a Iahweh como nos dias antigos, como nos anos passados” (MI 6,3-4),
- d) “Trazei o dízimo integral para o Tesouro, a fim de que haja alimento em minha casa. Provai-me com isto, disse Iahweh dos Exércitos, para ver se eu não abrirei as janelas do céu e não deramarei sobre vós bênção em abundância” (MI 3,10).

Os apelos éticos e administrativos propostos pelo profeta serão mais tarde retomados por Esdras e Neemias, desta vez, com maior ênfase e, porque não, o uso da violência. No tocante ao casamento é nítida uma preocupação financeira se consideramos a urgência em restabelecer e aprimorar a administração ao redor do templo (Esd 1-6; Ag 1,1.14-15). O suporte financeiro e material disponibilizado ao projeto da reconstrução do templo, só poderiam ser ressarcidos à autoridade persa, mediante ao sistema de cultos e sacrifícios. Há pressa em retomar as atividades no templo.

4. *A violência como regra em um período de intolerância*

A preocupação entre casamentos inter-raciais não é tema original de Neemias. O “ex-copeiro do rei” (Ne 1,11) retoma teses já expostas na profecia de Malaquias e do líder religioso Esdras. O termo *nāshîm nākhriôth* “mulheres estrangeiras” (Esd 10,2; Ne 13,27) ecoa como uma palavra de ordem, como um selo na justificativa em proibir os matrimônios. A atitude posta em vigor é tão radical que expõe não somente o idealismo de uma raça pura, nação santa, (cf. Dt 7,6), de um povo consagrado à divindade vista, mas acentos na esfera dos interesses de uma burocracia econômica.

O narrador exalta o teor da hostilidade praticada por Neemias. Ao tomar conhecimento das uniões matrimônios e de que certos jovens já não falavam o idioma hebreu (13,23-24), o líder teve a iniciativa de *rîbh*, “discutir”, *qâlal* “lançar maldições” sobre os confrades, *nākāh* “bater”, *mārath* “arrancar os cabelos” e *shābha* “prestar juramento” em nome da divindade Elohîm. Ninguém na comunidade religiosa deveria *titnû b’nôthêkhem* “dar vossas filhas” e, sequer, ousar *tiš’û mibnôthêhem* “trazer as filhas deles” (Nm 13,25). Eis uma imposição repleta de requintes étnicos e com fortes interesses econômicos irrefutáveis (SOUTHWOOD, 2011, p. 1).

A proibição de casamento inter-racial passou a ser vista como um desconforto para os que retornam desejosos de edificar uma comunidade religiosa livre e sem qualquer familiaridade com as demais culturas e povos que sempre viveram nos limítrofes territoriais de Jerusalém. Afinal, hebreus e israelitas sempre se casaram com mulheres estrangeiras (1Rs

11,1; Rt 1,4; 1Cr 7,14). O mesmo princípio referência mulheres que tomaram para si homens estrangeiros (2Sm 11,3; 1Rs 7,14). Diante de tantas propostas imperialistas que assolaram a região da Palestina – Assíria, Babilônica, Persa, Grega e Romana – supor certa monoculturalidade na formação dos laços familiares é um erro⁵. (ANDRADE, 2008, p.190-191; CABRERA, 2010, p.64-70).

Para os repatriados e árdus defensores de uma teologia firmada na retribuição, tendo o templo como eixo catalisador, a desautorização de vínculos com os estrangeiros não passou de um forte crivo ideológico. “A polêmica comunidade de Esdras traz a definição de quem é um israelita. Por um lado, “Israel” refere-se a um estreito grupo da comunidade pós-exílica formada pelas duas antigas tribos sulistas de Judá e Benjamim, dirigidas pelo sacerdócio representado por Levi; e, por outro lado, “Israel” continuava a significar, idealmente, todas as doze tribos (SMITH, 2006, p. 110).

Se por um lado a proibição dos casamentos fortalece o conceito étnico de judaísmo nascente, a medida colabora na arrecadação de tributos para o templo, ao restabelecimento da paupérrima Jerusalém, capital de Judá e, sobremaneira, para os pagamentos dos impostos exigidos pelos persas. O Império Persa, apesar de não receber nenhuma crítica da parte dos autores no pós-exílio, jamais foi condescendente na relação política centro-periferia. Não é em vão a constatação de famílias judaítas desfeitas pela necessidade e interesses do comércio de escravos (Cf. Nm 5,1-4).

A proibição entre matrimônios mistos envolve três povos: Azote, Amon e Moab. Quais significativas relações tiveram tais povos, para intranquilizar Neemias? cremos que a resposta deve ser encontrada na necessidade do fortalecimento econômico de Jerusalém e não apenas no ideal exposto pelo narrador oficial. Afinal, Israel e Judá sempre viveram e mantiveram contatos com povos estrangeiros⁶. Desde as primeiras incursões assírias que culminaram com a destruição da Samaria, no ano de 722 a.C, passando por anos de exílio na Babilônia e, mesmo o retorno, agora pautado pelo édito de Ciro (536 a.C.), foram séculos de vida nas diásporas e de convivências e aprendizados com as culturas estrangeiras.

O vínculo matrimonial, agora proibido, é “com as mulheres azotitas, amonitas ou moabitas” (Nm 13,23) e parece-nos uma estratégia força-

⁵ Oportuno o contraponto indicado por Cabrera. As mulheres “fazem ouvir sua voz em meio a outras propostas teológicas. Seus clamores diante de uma situação de exclusão oferecem alternativas novas”. Em textos do segundo Isaías (Is 41,8.14; 45, 9-11; 53,2-8), as sagas de Rute (Rt1,16-17) e de Ester (Est 1,11) evidenciam-se uma alternância no predomínio do antropocêntrico. CABRERA, R. Identidades das mulheres estrangeiras no pós-exílio. In: *RIBLA*, 68, 72.

⁶ A vida na diáspora continuou a existir no Egito e muito antes da destruição imposta pelas forças lideradas por Nabucodonosor, culminado com a destruição de Jerusalém. “Para Josefo se esclarece depois o fato de que o bem-estar que ele pressupõe para toda a deportação não se sustenta a partir de uma análise mais acurada do material, devendo-se dizer que nem todos os judeus retornaram para sua pátria. “Muitos, contudo, permaneceram na Babilônia, porque não queriam abandonar as suas posses” (Josefo, *Antiguidades*, XI,3) (KESSLER, 2009,205).

da no desejo de oficializar a divindade de nome Iahweh e dessa possuir um povo que lhe preste um culto exclusivo. Não é em vão o ato de recorrer à figura emblemática de Salomão, como prova do justo e merecido fracasso. Se, em um primeiro momento, “não haverá entre os reis quem te seja semelhante” (1Rs 3,13), num segundo, “suas mulheres desviaram seu coração para outros deuses e seu coração não foi mais todo de Iahweh, seu Deus, como fora o de Davi, seu pai” (1Rs 11,4).

Se a preocupação de Neemias recai sobre Azoto, citada duas vezes, nos versículos 23 e 24, os amonitas e moabitas, surgem como uma atualização da lei desaprovando que tais povos façam parte da “assembleia de Iahweh” (Dt 23,4-6). Os amonitas teriam se estabilizado na região Transjordânia em meados do século XII a.C., numa faixa entre o rio Jordão e o deserto. Seu prestígio pode estar ligado ao controle de duas importantes rotas comerciais. Uma unia a Arábia do Sul, Síria até a Alta Mesopotâmia, pela Via Real (Cf. Nm 22,21). Uma segunda era formada pela chamada Rota dos Mônades que vinha da Mesopotâmia, passando pelo nordeste da Arábia, coligando-se com Aman descendo na direção de Jericó rumo a Jerusalém (LIPÍŃSKI, 2013). Não resta dúvida de que no apogeu de seu reinado Salomão não titubeou em esposar mulheres amonitas, como meio para provar a internacionalização de seu reinado (1Rs 11,1-7). Na terceira ocupação babilônica, conforme registro de Jr 52,30, o rei Nabucodonosor II teria de passagem conquistado o reino dos amonitas.

A arqueologia sustenta o poderio do rei de Moab, por volta do ano 840 a.C, na famosa estela de Mesa. O rei, sob as bênçãos de seu deus Kamos, teria se libertado do jugo imposto pela dinastia omrida e que nos dias em que reinou Jorão (852-841 a.C), neto do rei Omri, Mesa que reinou por trinta anos (890-860) retoma sua liberdade e importância no cenário internacional. Na tradução imposta ao texto, encontramos referência a Israel e, em total subserviência à divina ordem e proteção de Kamos, o rei liberta Moab: “Vai, e toma Nebo de Israel!”. Eu fui de noite e lutei contra ela desde o amanhecer até a tarde. Tomei-a e matei tudo, sete mil homens, meninos, mulheres, meninas e concubinas, porque eu os havia condenado ao anátema para Astar-Kamos. E eu tomei de lá os [...] de JHVH e os arrastei diante de Kamos”. (KAEFER, 2015, p. 74-75). A posse dos ricos mananciais de água facilitou o crescimento do reino de Moab e o controle total das rotas comerciais, elementos responsáveis pelo rápido enriquecimento do reino (Cf. 2Rs 3,4) e que tem seu declínio com o advento dos assírios (LIPÍŃSKI, 2013).

A oposição ao projeto de restauração da muralha de Jerusalém, opõe Neemias aos azotitas (Nm 4,1s). Se for possível, podemos pensar que os grupos impedidos de colaborar na reconstrução da cidade: azotitas, amonitas e moabitas formariam, no período Persa, o grupo de povos que não regressou do exílio babilônico, constituindo esses os assim considerados “os povos da terra”, misturados e impuros. A proibição, no ponto de

vista jurídico deuteronomista, iguala os azotitas aos moabitas e amotitas (Dt 23,4-6). Mas o que ocupa a preocupação de Neemias é a perda da língua materna, o hebraico. As crianças deixam de falar o hebraico justamente por ser a mãe a responsável pelo processo de alfabetização e, neste caso, o casamento com uma estrangeira induz, quase que de modo natural, o aprendizado da língua azotita em detrimento ao hebraico. Embora não se saiba o idioma falado em Azoto, tudo leva a crer que se trata de uma língua estrangeira, não compreendida pelos autores da historiografia de Neemias. Eis o motivo da radical interdição. Se considerarmos a presença filisteia na região, não é difícil imaginar que se trata de uma língua não semita, possivelmente um recorte da língua filisteia ou um dialeto fenício e, até mesmo o grego, dado a proximidade e influência cultural helênica na região, quando do relato final do livro de Esdras e Neemias (BALZARETTI, 1999, p. 188).

Não resta dúvida das reais intenções dos autores da obra: legitimar uma reforma religiosa. Edificar uma comunidade religiosa marcada pela centralidade e rigor da Lei. Esdras e Neemias são os ideólogos, os protótipos de um comportamento voltado para a reconstrução religiosa no pós-exílio, mas em total obediência aos interesses imperialistas. A recorrência a Moisés oferece pistas para o agir da comunidade, em meados do ano 445 a.C.

Ao redor da pessoa de Neemias está uma autoridade legitimada por sua fidelidade e, por isso, deve ser imitada por todos (Nm 13,3-31). Tal verticalidade justifica ser Neemias merecedor das lembranças de Elohim (Nm 13,31), aos olhos do narrador final. As metas e planos pelo aprimoramento das atividades no templo de Jerusalém devem ser diurnamente levadas adiante sob os olhares atentos da casta sacerdotal que vigora em todo período Persa e se cristaliza em uma radical teocracia no período helenista - época dos asmoneus - quando o sacerdote ocupa a função de rei (MAZZINGHI, 2017, p. 124). cremos que este projeto sofreu oposições.

Sabemos com certeza que dois dos livros, assim chamados, *Escritos* receberam, em grande parte, suas redações finais no período Persa, por interesses da elite presente em Yehud. Cânticos e Coélet compõem esta coletânea. A palavra persa *pardes*, traduzida ao hebraico por “parque, jardim”, surge em dois desses escritos: Coélet 2,5 - “fiz para mim jardins e parques” e em Cântico dos Cânticos 4,13 - “Teus brotos são pomar de romãs com frutos preciosos”.

Diante dos cenários políticos existentes, na época dos repatriados, o casamento, a formação das famílias passou por um controle. A não observância veio acompanhada de punições vexatórias. Resta saber se encontramos oposição aos planos impostos pela elite sacerdotal, sediada em Jerusalém. cremos que na visão de Cântico dos Cânticos ocorreu uma dissonância no desejo de não submeter o amor às ordens estabelecidas. Em outras palavras, o poder religioso de uma elite sacerdotal teve inú-

meros meios para controlar o relacionamento social das famílias. Mas não teve os mesmos instrumentos e forças para controlar o amor que nasce da nhaphshî “da minha alma”. Expressão tão recorrente ao longo do poema (Ct 1,7; 3,1; 3,2; 5,6; 6,12).

Os oito capítulos do livro do Cântico dos Cânticos apresentam uma série de sete poemas pautados pelo desejo da busca, do encontro, do gozo e da separação entre a amada e o amado. Ela, uma jovem chamada de Sulamita – *plena de paz*, na língua hebraica (7,1) - e, ele, um jovem identificado por Salomão (3,7). Os poemas expressam um projeto de restauração do povo na figura da mulher, a qual se torna o foco de integração do campo (as aldeias da província de Judá) e da cidade de Jerusalém. Busca-se restaurar a tese de um povo de irmãos. Um povo que não vive na servidão e muito menos ousa oprimir os irmãos. Busca-se estar livre, sem tutela com a amada, com o amado da alma.

Os jovens enamorados representam da comunidade de Judá no período em que as lideranças religiosas, as famílias, os grupos de pensadores e pensadoras, as profetizas e profetas regressam da Babilônia. Os anos vividos no exílio ficaram para trás. É de fazer poemas que possam transmitir esperanças e sonhos. Afinal, voltar para Sião foi a realização de uma utopia (Sl 137). Um novo está para ser construído sem controle, tutela e violência.

Palavras Finais

Perspectivas, nos mais diferentes campos da ciência, baseiam-se no desejo de um frutuoso diálogo. Na esfera da leitura bíblica a exigência é a mesma. Nos rumos das ordens de Neemias, representante máximo do poder, inúmeros atos de violência foram praticados e justificados. Seguir na perspectiva da oficialidade não impedirá a reprodução das tragédias.

Uma proposta pastoral e teológica, inserida num turbilhão desta mudança de época, como vivenciamos neste início de século, o gesto de respeitar a diversidade há de sempre ser considerado. Apostar no valor entre os diferentes, enaltecer a igualdade são mais que desejos. São esforços que balizam propostas de tolerância frente ao outro. Apostar não apenas na simpatia, mas na empatia. Cremos que nossos esforços, desejos e sonhos se agrupam, crescem diante da concepção de que “Deus é amor”, e onde o amor é vivido, é celebrado, seja aqui, lá ou acolá Deus se faz presente.

Referências

- ABADIE, Philippe. Esdras-Neemias. *RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe (orgs.). Antigo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo, Loyola, 2010, pp. 701-713.
- ALBERTZ, Rainer, **Historia de la religion de Israel em tiempos del Antiguo Testamento**, Vol II. Valladolid, Trotta, 1999, pp. 567-727.
- ANDRADE, William César. Uniões mistas em Israel. Indícios de uma realidade multi-étnica e multicultural. In: **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Vol. 30, 2008, p. 183-201.
- BALZARETTI, Claudio. **Esdra-Neemia**. Nuova versione, introduzione e commento. Milano: Paoline, 1999.
- CABRERA, Rebeca. Identidades das mulheres estrangeiras no pós-exílio. In: **RIBLA** 68, p.55-76, 2010.
- GERSTENBERGER, Erhard S. **Israel no tempo dos persas**. Séculos V e IV antes de Cristo. São Paulo, Loyola, 2014.
- KAEFER, José Ademar. **A Bíblia, a Arqueologia e a história de Israel e Judá**. São Paulo, Paulus, 2015.
- KESSLER, Rainer. **História social do antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- LIPÍŃSKI, Édouard. **Dicionário Enciclopédico da Bíblia**, São Paulo: Loyola, Paulinas, Paulus, Academia Cristã, 2013, p. 201-202.
- MAZZINGHI, Luca. **História de Israel das origens ao período romano**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SMITH, Mark S. **O memorial de Deus: história, memória e a experiência do divino no Antigo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2006.
- SOUTHWOOD, Katherine E. 'And they could not understand jewish speech': language, ethnicity, and nehemiah's intermarriage crisis. In: **The Journal of Theological Studies**, NS, Vol. 62, Pt 1, abril 2011, p. 1-4.